

1 **CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS**
2 **DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**
3 **ATA DA 30ª REUNIÃO**
4

5 **Local:** Sala das Bandeiras, térreo do anexo 1 do Ministério das Relações Exteriores, Esplanada dos
6 Ministérios, Bloco H, Brasília/DF.

7 **Data:** 30 de junho de 2005.
8

9 **PARTICIPANTES:**
10

- 11 ■ Ministério da Ciência e Tecnologia: Elzvir Azevedo Guerra (eguerre@mct.gov.br)
- 12 ■ Ministério das Relações Exteriores: Bernardo Paranhos Velloso (bernardo@mre.gov.br)
- 13 ■ Ministério do Meio Ambiente/SRH: Weber de Avelar Silva (weber.silva@mma.gov.br)
- 14 ■ Ministério do Meio Ambiente/ANA: Márcia Regina Silva Cerqueira (marciac@ana.gov.br)
- 15 ■ Ministério das Cidades: Norma Lúcia de Carvalho (norma.carvalho@cidades.gov.br)
- 16 ■ Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br);
- 17 ■ Ministério da Defesa: Antônio Joaquim G. Moreira (email@brturbo.com);
- 18 ■ Ministério de Minas e Energia: Luciano Costa de Carvalho (luciano.carvalho@mme.gov.br);
- 19 ■ Ministério dos Transportes: Wilson do Egito Coelho Filho (wilson.egito@transportes.gov.br);
- 20 ■ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Francisco Osvaldo Alves Barbosa
21 (fosvaldo@agricultura.gov.br);
- 22 ■ Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Carlos
23 Henrique Clímaco (cclimaco@casan.com.br)
- 24 ■ Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: Olga K.B. Calhman
25 (calhman@furnas.com.br)
- 26 ■ Organizações Não-Governamentais: Antônio C.P. Soler (solsoler@ig.com.br);
- 27 ■ Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Maria Salete Cobacchini
28 (msalete@portoweb.com.br);
29

30 **CONVIDADOS:**
31

- 32 ■ Agência Nacional de Águas: Antônio Cardoso Neto (cardoso@ana.gov.br)
- 33 ■ Ministério das Relações Exteriores: André Misi (misi@mre.gov.br)
- 34 ■ Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID: Alberto Palombo (apalombo@terra.com.br)
- 35
36

37 **RELATORA:**

38 Ana Maria Alves (ana-maria.alves@mma.gov.br);
39

40 A reunião se iniciou às 10h30, aberta pelo presidente Bernardo Paranhos Velloso, que deu boas
41 vindas aos presentes, enfatizando o prazer de receber a CTGRHT nas dependências do Itamaraty.
42 Após a apresentação dos novos membros, passou-se ao **Item 2 – Aprovação da Ata: 29ª**
43 **Reunião da CTGRHT**, a qual foi aprovada com alterações. Passou-se ao **Item 3 – Informes**
44 **Gerais** que foi iniciado com a fala do Sr. André Misi, informando a respeito da 3ª Reunião do
45 Fundo Mundial do Meio Ambiente-GEF, sobre Águas Transfronteiriças, ocorrida em Salvador-
46 BA, entre os dias 20 e 25 do mês corrente e que contou com a participação de representantes dos
47 Ministérios do Meio Ambiente e Relações Exteriores. Acrescentou que nessa reunião todos os
48 coordenadores de projetos GEF foram chamados a apresentar os seus trabalhos. Destacou a
49 apresentação do Projeto Aquífero Guarani; o lançamento de um novo Projeto GEF na Bacia
50 Amazônica, que terá como Agência Implementadora a OTCA; e a discussão do documento
51 *Estratégia Comum para a Gestão da Água entre os países da América Latina e Caribe,*

desenvolvido no âmbito do Projeto Delta América e apresentado pelo governo brasileiro. Explicou que o documento citado objetiva harmonizar políticas na área de recursos hídricos entre os países da América Latina e Caribe, além de criar um mecanismo de intercâmbio de experiências entre esses países. O presidente Bernardo Paranhos Velloso falou a respeito da 3ª Reunião de Presidentes de Câmaras Técnicas do CNRH. Informou que a reunião, presidida pelo Secretário João Bosco Senra, objetivou uma maior coordenação das Câmaras Técnicas, em especial no que diz respeito à aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos até o final de 2005. O presidente destacou que a CTGRHT já vem contribuindo com esse processo e que já está em curso a organização para a realização da Oficina de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, de modo a promover uma discussão da inserção desse assunto no âmbito da construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos-PNRH, com provável realização em agosto, segundo cronograma do PNRH apresentado na referida reunião. Informou também que está em discussão, e será apresentada na próxima Plenária, uma proposta de alteração do regimento interno do CNRH com vistas a ampliar as competências da Secretaria Executiva, atribuindo-lhe a função de promover a integração dos temas que estão sendo discutidos no âmbito do CNRH, com outros órgãos colegiados correlatos. Acrescentou que está prevista, ainda para esse ano, uma outra reunião de Presidentes, desta vez com caráter mais operativo. O presidente passou a mais um informe: o recebimento do Ofício Circular nº 16 de 2005/CTEM/CNRH/MMA de 12 de abril de 2005, informando a instituição da Década Brasileira da Água e demandando da CTGRHT a criação de um espaço de discussão com vistas ao levantamento de propostas pertinentes a essa iniciativa. Em resposta à essa solicitação, foi acolhido o encaminhamento do presidente no sentido de que os membros enviassem suas sugestões por meio eletrônico à Secretaria Executiva e que o assunto seria retomado na próxima reunião a partir das sugestões recebidas. O presidente passou, então ao seu último informe: o ofício n.º 16 /CTPNRH/CNRH/MMA, de 16 de março de 2005 no qual a CTPNRH informa os seus representantes para compor a Comissão Mista de Articulação com essa Câmara Técnica, sendo estes: a Sra. Ninon Machado (ONGs – Instituto Ipanema), a Sra. Maria Arlete Rosa (Prestadoras de Serviços Públicos de Água e Saneamento). A Agência Nacional de Águas indicou o nome de José Luiz Gomes Zoby para a Comissão. Na referida reunião foi também definido que a coordenação da Comissão ficará a cargo do Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos-GTCE, sendo a Sra Viviani Pineli (SRH/MMA) a sua coordenadora. Não havendo mais informes, passou-se ao **Item 4 – Apresentação, discussão e deliberação da Proposta de Plano de Trabalho elaborado pelo GT Plano de Trabalho** (Ana Maria Alves, Anexo I Plano de Trabalho, Anexo II Apresentação). Os colaboradores da Agência Nacional de Águas: Márcia Regina Silva Cerqueira, responsável pela produção cartográfica e Antônio Cardoso, responsável pelo glossário se apresentaram e se colocaram à disposição para responder eventuais dúvidas que o trabalho possa ter suscitado. No que diz respeito às lacunas de informações das imagens, o Sr. Elzivir Azevedo Guerra recomendou uma aproximação com o Instituto de Pesquisas Espaciais-INPE, que é uma unidade de pesquisa ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O presidente da CTGRHT agradeceu o trabalho do GT e de seus colaboradores. O Sr. Antônio Joaquim G. Moreira questionou a pertinência e a eficácia da discussão da *Proposta de Moção visando a realização de Acordos para a troca de dados hidrológicos entre o Brasil e os outros países limítrofes* no âmbito do CNRH. A Sra. Ana Maria Alves explicou que a demanda por essa Resolução teve origem na Agência Nacional de Águas-ANA e que era compatível com as atribuições da CTGRHT, conforme pode ser visto no inciso I do Artigo 2º da Resolução CNRH Nº10 de 21 de junho de 2000 "*propor mecanismos de intercâmbio técnicos, legais e institucionais entre países vizinhos, nas questões relacionadas com gestão de recursos hídricos*". O Sr. André Misi enfatizou que, havendo a necessidade de realização de acordos internacionais, a ANA não teria autonomia para negociá-los e a Moção seria uma forma de se reportar ao Ministério das Relações Exteriores. Finalizando essa rodada de discussões, o presidente acrescentou que debater e propor alternativas para esse caso por meio do

CNRH é uma valorização desse Conselho como uma caixa de ressonância para a discussão de temas da sua esfera de competência. Recorreu ao caso da bacia do rio Apa como um exemplo de iniciativas do CNRH que tiveram desdobramento no âmbito governamental. Foi sugerido que a *Proposta de Moção visando a realização de Acordos para a troca de dados hidrológicos entre o Brasil e os outros países limítrofes* incluísse em seu escopo os dados sobre águas subterrâneas. Como na reunião anterior já havia sido decidido que a CTGRHT restringiria seu trabalho à águas superficiais, foi consenso que a sugestão pedia um debate posterior mais aprofundado, inclusive com uma possível participação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas-CTAS. Foi ressaltado que a continuidade desse debate também implicaria em repensar se a atuação seria no trecho do rio ou na bacia. A respeito do Tópico 3, *Caracterização das bacias com rios fronteirços e transfronteirços* o Sr. Luciano Costa de Carvalho chamou a atenção para a falta de estrutura, que toma, como unidade, em alguns momentos os países fronteirços, em outros as bacias, e em outros, ainda sub-bacias; também enfatizou que o foco da informação também varia de caso a caso; sendo que em alguns momentos é dado ênfase aos projetos em gestão de recursos hídricos e, em outros, em implementação de infra-estrutura. Ressaltou ainda a falta de sincronia entre a produção cartográfica e os textos. A crítica foi bem acatada pelo GT. A Sra. Ana Maria Alves explicou que são escassos os dados gerados usando como referência espacial as bacias hidrográficas e que, em decorrência disso, foram usadas como fonte informações do Itamaraty, algumas geradas por países e outras por bacia e, que, no caso da bacia do Apa e do Alto Rio Acre, dos respectivos consórcios, o que explica a coexistência de informações mais genéricas com informações mais detalhadas. O Sr. André Misi concordou com a necessidade de reformular o Tópico em discussão, já que o título do tópico não corresponde a seu conteúdo. Ficou acordado que os títulos Caracterização dos países fronteirços ou Caracterização das ações em recursos hídricos afetos à gestão transfronteirça seriam mais adequados ao conteúdo apresentado. O presidente chamou atenção que essa discussão reflete uma característica fundamental do documento: seu caráter de documento em permanente construção, que revela, nesse momento, o conhecimento acessível e possível, e não o ideal. O Sr. Alberto Palombo sugeriu que no Tópico 2, *Tratados e Acordos Internacionais*, ficassem mais claros os critérios que definiram os documentos a serem listados, ressaltando que existem acordos de bacias transfronteirças de outras partes do mundo que seriam importantes fontes de referência, além de declarações e documentos finais de Seminários de organizações não governamentais e supra-governamentais que poderiam constar dessa listagem. Acrescentou, ainda, que seria mais interessante ter levantado as informações no âmbito das bacias e não das relações entre os países limítrofes, o que incluiria na lista países que fazem parte da mesma bacia, mas que não são fronteirços ao Brasil, e por fim, chamou a atenção para a ausência da Venezuela na caracterização. O Sr. André Misi explicou que o propósito da lista foi elencar documentos que pudessem servir de referência para a CTGRHT, não apenas listar os acordos dos quais o Brasil fizesse parte. Posto isso concluiu que não via nenhum empecilho para que fossem incluídos documentos sem caráter governamental, mas ressaltou que no tópico 2.1 - *Tratados Multilaterais* gostaria de solicitar a exclusão da Convenção de Nova Iorque, já que não foi assinada pelo Brasil e nunca entrou em vigor. A esse respeito ficou acordado manter o texto da Convenção, acrescentando uma observação a respeito de seu status. O representante da Secretaria de Recursos Hídricos, Weber Avelar Silva enfatizou o apoio do Ministério do Meio Ambiente ao Plano de Trabalho elaborado no âmbito do GT e que restrições feitas ao documento por integrantes do Ministério do Meio Ambiente devem ser tomadas como opiniões técnicas. Os trabalhos foram paralisados às 12h30 e reiniciados às 15h. O presidente reiniciou a reunião informando que, em decorrência de problemas que inviabilizaram a participação dos proponentes, os itens 5: *Lançamento da Publicação: "Iniciativas para a promoção da gestão compartilhada e transfronteirça na Bacia do Alto Paraguai"* e 6: *Apresentação da demanda de resolução para a outorga de uso de recursos hídricos em lagos, reservatórios e rios fronteirços e tranfronteirços* foram retirados da pauta dessa reunião. Feito isso foi retomada a discussão do **Item 4**, iniciando com o Tópico 5,

Acompanhamento da elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. Weber Avelar Silva, após fazer contatos com o GTCE, informou que a data inicialmente proposta por ele para a realização da Oficina de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, dia 10 de agosto, foi afastada por já existir uma reunião da CTPNRH marcada para os dias 11 e 12 do mesmo mês. Enfatizou ainda que o GTCE está de posse das considerações dessa câmara técnica no que diz respeito à Oficina e passou a palavra ao Sr. Alberto Palombo - Assessor Geral do Plano Nacional de Recursos Hídricos para falar sobre o andamento do processo de construção do PNRH. Primeiramente, o Sr. Alberto Palombo chamou a atenção para o conteúdo do Plano de Trabalho que, a seu ver, apresenta uma descrição consistente das fases de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Acrescentou que, no âmbito do Planejamento do PNRH, estão as principais oficinas temáticas e destacou a Oficina ligada ao trabalho da CTGRHT: *Geopolítica Internacional: Gestão Transfronteiriça, Comércio Internacional e Soberania Brasileira*. Chamou a atenção para o nome da Oficina e para o quanto a inclusão da temática da soberania brasileira dificultaria a participação de técnicos de outros países, importantes para a discussão da gestão de recursos hídricos transfronteiriços. Quanto a isso, foi informado, que no formato discutido para a Oficina no ano passado existiu um consenso em não abrir a participação a representantes de outros países por se tratar de Oficina do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. Alberto Palombo acrescentou, então, que a Oficina não foi realizada ano passado por atraso nos recursos, mas que voltava a agenda para ser realizada brevemente e enfatizou que, se acreditava nesse momento como um importante subsídio ao tratamento da questão fronteira/transfronteira no âmbito do PNRH. O Sr. Alberto Palombo se colocou a disposição para qualquer questão referente ao PNRH. O debate em torno do PNRH avançou com o questionamento do Sr. Antônio C.P. Soler a respeito da periodicidade estabelecida no plano. Ressaltou que considera as reuniões bimestrais insuficientes para a evolução dos debates. Chamou a atenção também para a necessidade de estabelecer um plano de horizonte mais largo, já que restava pouco tempo até o final do ano e novamente se consumiria mais tempo elaborando a continuidade dos trabalhos. O presidente lembrou que, como foi acordado, o Planejamento se estenderia apenas até o final de 2005, acrescentando que haveria possibilidades de ampliar esse planejamento e chegar ao final do ano com a continuidade dos trabalhos assegurados, por ter sido este um exercício bem sucedido. Ponderou que esse trabalho deveria ser feito de forma contínua e gradual e sugeriu que o GT que elaborou esse trabalho continuasse ativo. O presidente acrescentou ainda que, em relação à periodicidade, é importante lembrar que a substância deve puxar a reunião e não o contrário. Reforçou que, em geral, quando essa ordem se dá ao contrário o resultado acaba sendo insatisfatório. Finalizou apontando que se o Plano de Trabalho surtir o efeito que se espera dele, passará a gerar uma maior eficiência e até mesmo um aumento da demanda sobre a CT e concluiu que um resultado possível e natural disso seria que as reuniões se tornassem mais frequentes. Finalizou frisando que muitos dos temas abordados pelo Plano de Trabalho são de maturação mais longa, porque envolvem um processo em que é necessário sair do âmbito da Câmara Técnica e passar para a esfera da negociação entre os governos e isso se reflete na dinâmica dos trabalhos. A proposta do Plano de Trabalho foi então aprovada, preservando a possibilidade que contribuições adicionais de texto e de estrutura sejam incorporadas por meio do encaminhamento ao endereço eletrônico da relatoria (ana-maria.alves@mma.gov.br). Com isso, passou-se a palavra ao Sr. André Misi para o **Item 8: Relato do andamento do Acordo de Cooperação da bacia do rio Apa**. O Sr. André Misi lembrou que essa proposta vem sendo discutida desde 1999 e que um grupo de trabalho foi criado no âmbito da CTGRHT para realizar a discussão local nessa bacia. Resgatou ainda que, em dezembro de 2002, essa bacia foi objeto de Moção do Conselho Nacional de Recursos Hídricos: a Moção Nº14, a qual recomenda ao Ministério das Relações Exteriores a elaboração de um acordo com o Paraguai visando a gestão integrada do rio Apa. Informou que, a partir de Dezembro de 2002, o texto foi sendo gestado no âmbito da CTGRHT e que, em meados de 2004 o Ministério do Meio Ambiente, por meio de um aviso, encaminhou o texto do Acordo ao

Itamaraty que, no final do mesmo ano, encaminhou o texto do acordo para análise pela parte paraguaia. Explicou que o acordo se encontra atualmente em fase de negociação e informou que já foi realizada uma primeira reunião com a parte paraguaia nos dias 03 e 04 de maio, na qual estiveram presentes o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Relações Exteriores. Acrescentou que nessa ocasião foi identificada a necessidade de que alguns ajustes fossem feitos ao texto do Acordo. Chamou a atenção para o título do acordo, do qual se substituiria a palavra compartilhada por integrada e também para o Estatuto da Comissão Mista, a ser criada no âmbito desse Acordo, no qual foi identificada a necessidade de que fossem feitas uma série de ajustes, como em relação ao ponto do Acordo que fala sobre a capacidade jurídica dessa Comissão de tomar recursos financeiros, por exemplo. Concluiu informando que o próximo passo seria fazer uma limpeza no texto do acordo, contemplando os ajustes que foram propostos na referida reunião e encaminhá-lo à análise da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores e por fim, encaminhá-lo, por meio de nota diplomática, para o governo paraguaio, o qual estando de acordo com o texto acordará uma data para a assinatura. O presidente acrescentou que a proposta brasileira teve uma boa receptividade no lado paraguaio e as indicações são de que, passados os trâmites esperados, será realizada a assinatura do Acordo numa ocasião propícia. O presidente agradeceu a participação do Sr. André Misi e ratificou a importância do assunto na agenda do Itamaraty e da CTGRHT. Esgotado o assunto, passou-se ao **Item 7 – Discussão da Proposta de Resolução modificando o inciso III do Artigo 2º da Resolução CNRH nº 10 de 21 de junho de 2000**. O presidente passou a palavra à relatora que explicou que no regimento que cria a CTGRHT e, conseqüentemente, em todos os documentos produzidos no âmbito dessa câmara, consta o termo *gestão de bacia transfronteiriça*, no qual o termo transfronteiriça caracteriza a bacia. Frisou que a definição de bacia remete à toda a área de drenagem de um rio, portanto um conceito territorial e que uma parte muito grande do território brasileiro é composto por bacias assim caracterizadas, e que esse termo, da forma como está posto, pode, futuramente, abrir algum espaço para o questionamento da soberania sobre essas bacias. O escopo da resolução se resume em substituir o termo gestão de bacia transfronteiriça por gestão de bacias de rios transfronteiriços, caso em que o termo transfronteiriço caracteriza apenas o rio, já que cada lado da bacia faz parte do território de um dos países limítrofes. Com isso, acrescentou, não se perde a noção do conceito de bacia, que é fundamental para a caracterização da dinâmica dos rios, mas se restringe o termo transfronteiriço ao trecho do rio assim caracterizado. Foi feita a leitura da minuta e foi solicitado que se encaminhassem considerandos, que contextualizassem e enriquecessem o texto da resolução. O Sr. Weber Avelar da Silva chamou a atenção para a diferença entre os termos transfronteiriço e fronteiriço, o que desdobrou na inclusão do termo fronteiriço na Minuta de Resolução. O Sr. Francisco Osvaldo Alves Barbosa chamou a atenção para os termos que foram utilizados na Lei Nº 9433 de 1997, conforme consta no Item 1.3 do Plano de Trabalho: bacia de rios fronteiriços e transfronteiriços e gestão compartilhada. O presidente explicou que o termo gestão compartilhada era empregado em momentos anteriores e que a evolução desse conceito no plano internacional tem levado a uma reavaliação quanto ao uso do termo compartilhado X integrado, sendo que esse último tem sido atualmente um termo de preferência por melhor indicar o tipo de atividade conjunta que se imagina. O Sr. André Misi explicou que o termo integrado é mais preciso e acrescentou que o entendimento do governo brasileiro é de que todos os recursos naturais que estão dentro do território brasileiro recaem no âmbito da soberania nacional e só compete ao Brasil definir como esses recursos serão explorados. Enfatizou que o conceito de gestão compartilhada vai de encontro a essa noção de soberania do país sobre os seus recursos naturais. O Sr. Paulo Soler ponderou que, por outro lado, a expressão gestão compartilhada está de acordo com a legislação vigente, que deve ser nosso referencial de trabalho. O presidente enfatizou que foi o sentido que o termo ganhou ao longo do tempo, no plano internacional, que determinou essa reconsideração da terminologia, mas deixou claro que não há conflitos porque a posição brasileira não mudou, foi o termo compartilhada que deixou de refletir essa posição. O Sr. Paulo Soler ratificou que são conceitos

distintos pois o compartilhar, além de contemplar o integrar, traz consigo a idéia de “*abraçar o espaço além da fronteira*”, idéia que não está presente no conceito de integrar, que se restringe a que cada Estado, dentro da sua fronteira, faça a gestão de seus recursos e a integre com outro Estado. Reforçou que há uma questão de fundo conceitual importante e que há, também, a necessidade de que a legislação seja contemplada. O Sr. André Misi enfatizou que o conceito que o legislador quis expressar não pode ser diferente do conceito de integrar, pois o conceito de gestão compartilhada tal como está posto atualmente, inclusive como definiu o Sr. Paulo Soler, é absolutamente contrário às políticas brasileiras para a gestão de seus recursos naturais. O Sr. Francisco Osvaldo Alves Barbosa também chamou a atenção para o fato que, certas situações são de compartilhamento, como no caso da pesca, em que nos trechos fronteiriços e transfronteiriços os estoques são comuns. O presidente ratificou que essa discussão compartilhado x integrado faz parte do momento histórico em que esses termos foram utilizados. Acrescentou que, ao longo do tempo, o conceito de ingerência externa sobre os recursos naturais, que passam a ser vistos como patrimônios comuns da humanidade, ganhou espaço, como pode ser visto, por exemplo, em relação à Amazônia ou a biodiversidade, e reforçou que, em relação a isso, o Brasil sempre manteve uma postura firme, defendendo que esses recursos são da alçada da soberania dos Estados, como está consagrado em convenções internacionais ambientais. Não havendo mais inscrições e, levando em conta que a matéria estava sendo discutida pela primeira vez, o presidente considerou que o item deveria continuar a ser discutido na próxima reunião da CTGRHT e que nesse intervalo os membros poderiam enviar colaborações para o aprimoramento do texto. Com a adesão dos membros à proposta, passou-se ao **Item 9 - Assuntos gerais**. O Sr. Weber de Avelar Silva informou a respeito da realização de reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos a realizar-se no dia dezenove de julho e destacou o item de pauta que discutirá a criação de mais uma Câmara Técnica: a Câmara Técnica de Integração das bacias Hidrográficas e dos sistemas Estuarinos e Zona Costeira. Em virtude da possível realização da Oficina do Plano Nacional de Recursos Hídricos no mês de agosto, e da intenção de realizar uma reunião da Câmara Técnica na sequência deste evento, ficou acordado que a data da próxima reunião da CTGRHT seria informada oportunamente. Nada mais sendo tratado, o presidente agradeceu a presença de todos e a reunião foi encerrada às 16h30 e segue assinada pelo presidente e pela relatora.

Ata aprovada na 31ª Reunião da CTGRH ocorrida em 21 de setembro de 2005.

Bernardo Paranhos Velloso
Presidente da CTGRHT

Ana Maria Alves
Relatora da CTGRHT